

A Importância do Voluntariado na Formação Pessoal e Social dos Indivíduos: O Caso do Banco Alimentar Contra a Fome de Évora

Ivone Arede¹ & Lurdes Pratas Nico²

Resumo A presente comunicação é o resultado de uma investigação que surgiu no âmbito do mestrado em Ciências da Educação, especialização em Educação Comunitária (edição 2010-2012).

Na sequência do Ano Europeu do Voluntariado (2011) considerou-se pertinente a realização da presente investigação que teve como objectivos conhecer o conjunto de aprendizagens promovidas pela acção do voluntariado no Banco Alimentar Contra a Fome de Évora junto dos indivíduos que aí participam e qual a representação que estes têm da importância das mesmas.

Palavras-chave Desenvolvimento, Cidadania, Voluntariado, Terceiro Sector, Educação/Formação, Aprendizagem ao Longo da Vida.

I. Revisão da Literatura

1.1. Desenvolvimento, Educação e Cidadania

Durante muito tempo, o conceito de desenvolvimento foi analisado, exclusivamente, sob o ponto de vista económico. No entanto, esta visão tornou-se insustentável, pois deparámo-nos com grandes disparidades territoriais. Assim, a partir da década de 70, apareceu um novo paradigma que assentava na valorização das componentes culturais, sociais e ambientais e na descentralização e participação dos diferentes intervenientes locais. Esta nova visão de desenvolvimento pressupôs pensar globalmente para se agir localmente, emergindo, assim, o conceito de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local, na tentativa de contribuir para a diminuição de disparidades urbano/rural, interior/litoral, países desenvolvidos/países não desenvolvidos, pressupõe “uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País” (Silva, s/d, p.1).

Na tentativa de “reabilitar as zonas esquecidas” pelo crescimento económico, através do desenvolvimento da comunidade local, para que se possa aproximar do desenvolvimento global, nota-se que a educação comunitária tem um papel importante a desempenhar, quer através da promoção de diversas

1. Universidade de Évora (Mestranda do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, Especialização em Educação Comunitária). E-mail: ivonearede@hotmail.com

2. Universidade de Évora (Departamento de Pedagogia e Educação). E-mail: lprnico@uevora.pt

iniciativas de educação informal e não formal, quer através da mobilização dos indivíduos para uma participação activa na comunidade.

As iniciativas de educação informal e não formal, bem como a formal, inserem-se numa perspectiva mais abrangente, a da Aprendizagem ao longo da Vida, designada “como toda e qualquer actividade de aprendizagem, com um objectivo, empreendida numa base contínua e visando melhorar conhecimentos, aptidões e competências” (Comissão das Comunidades Europeias, 2000, p.3). Desta forma, desde que nascemos até ao momento em que partimos, estamos em constante processo de aprendizagem.

Assim, por educação formal entende-se “o ensino dispensado pela escola, com base na assimetria professor aluno, na estruturação prévia de programas e horários, na existência de processos avaliativos e de certificação” (Canário, 2000, p.80). Este tipo de educação tem um espaço físico, ocorre por um período de tempo prolongado, as instituições que a promovem são permanentes na sociedade e todo o processo educativo está entregue a várias pessoas especializadas.

A educação não formal decorre em paralelo aos sistemas de ensino e formação, não conduz, necessariamente, a certificados formais; tem como objectivo aprender, num contexto estruturado, com actividades planeadas flexíveis e com um carácter de intencionalidade, no entanto, nem sempre é-lhe reconhecido valor no mercado de trabalho.

A educação não formal pode ocorrer no local de trabalho e através de actividades de organizações ou grupos da sociedade civil e pode, ainda, ser ministrada em organizações ou serviços criados em complemento aos sistemas convencionais (Comissão das Comunidades Europeias, 2000).

A educação informal corresponde a aprendizagens realizadas no quotidiano (junto da família, de amigos, no bairro, no clube, etc.), ao longo da vida, não intencionais, pouco ou nada estruturadas e organizadas, mas em que são adquiridos conhecimentos e competências, mediante as práticas e experiências vividas, que raramente são reconhecidas pelos indivíduos. Conforme diz Carneiro (2001) apud Nico, Nico & Ferreira (2011) “é o carácter de inconsciência que parece marcar esta categoria de aprendizagem, na medida em que, amiúde, nem nos damos conta que estamos, efectivamente, a aprender” (p.931).

Após a análise destes três contextos de educação podemos situar o objecto de estudo da investigação no contexto não-formal e informal. A Comissão Europeia (2011) afirma que as actividades de voluntariado podem constituir-se, quer como actividades de aprendizagem estruturada (a chamada aprendizagem não formal), em que o voluntário participa intencionalmente, quer como actividades de aprendizagem não intencional e não estruturada (também designada de aprendizagem informal).

Para além destes contextos de aprendizagem, a educação comunitária também permite incentivar os cidadãos a participar activamente na comunidade à qual pertencem.

No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa cidadão é um “habitante da cidade, indivíduo que, como membro de um estado, usufrui de direitos civis e políticos garantidos pelo mesmo Estado e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos”, enquanto cidadania é definida como a “condição da pessoa que, como membro de um estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar na vida política. A que decorre de circunstância de o indivíduo ser nacional por nascimento” (Houaiss, Villar, Franco, Almeida & Casteleiro, 2003). Acrescenta Dallari (1998) apud ANOP (s/d) que “... quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (p.3).

Hoje, cidadania é definida como a “responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e de direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, é vontade de aperfeiçoar, de servir, é espírito de inovação, de audácia, de risco, é pensamento que age e acção que se pensa” (Sampaio, s/d apud Matos, 2001, p.5).

Na sociedade actual, e perante tamanhos turbilhões, várias organizações internacionais³ alertam para a necessidade de uma educação para a cidadania, com o intuito do desenvolvimento humano, da participação democrática e da coesão social. No momento presente urge a necessidade de educar para

3. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a União Europeia (UE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

uma cidadania global (europeia, mundial). A formação de cidadãos, mais reflexivos e activos na vida colectiva, conscientes dos seus direitos e deveres e preparados para a construção de uma sociedade mais justa e solidária é fundamental para promover o desenvolvimento das zonas mais desfavorecidas.

1.2. A história do voluntariado

A prática do voluntariado é tão antiga como a própria humanidade. O ser humano sempre se movimentou por questões de solidariedade na ajuda ao outro.

No passado, o voluntariado esteve ligado à caridade e ao assistencialismo/paternalismo. No presente, esta ideia tem vindo a ser desmistificada com o aparecimento de novas áreas de actuação - como a cultura, o ambiente, a cooperação para o desenvolvimento, os direitos humanos, entre outros - e de documentos legislativos, na tentativa de afirmar um voluntariado técnico, que não se limite a resolver problemas imediatos, mas a procurar as suas causas, denunciando-as e procurando modificá-las.

Os principais marcos do voluntariado a nível internacional e nacional são os seguintes: o Dia Internacional dos Voluntários (5 de dezembro), que a Organização das Nações Unidas instituiu em 1985; a Lei de Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado Portuguesa aprovada em 1998; o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) criado em 2000; os Bancos Locais de Voluntariado (BLV) criados em 2001; o Ano Internacional dos Voluntários (AIV – 2001) designado pela Assembleia das Nações Unidas e o Ano Europeu do Voluntariado (AEV –2011) instituído pela Comissão Europeia.

Em relação ao Ano Internacional dos Voluntários, a nível nacional, as comemorações estiveram a cargo da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários (CNAIV), que desenvolveu um conjunto de actividades e impulsionou algumas investigações, com o intuito de promover o voluntariado, fazer reconhecer o importante contributo dos voluntários e motivar as pessoas para o voluntariado, sobretudo os jovens, dando origem a um plano de promoção do voluntariado em Portugal.

Na área do voluntariado há alguns estudos publicados. Um desses estudos intitula-se “Caracterização do Voluntariado em Portugal”, foi coordenado por Delicado (2002) e dá-nos a conhecer o voluntariado em Portugal e o perfil dos voluntários. O estudo situa Portugal abaixo da média europeia e num sentido decrescente, em relação às taxas de trabalho voluntário (19% em 1990 e 16% em 1999, face à média europeia de 38% em 1999⁴).

Outros estudos foram publicados como o “Comparative Non-profit Sector Project”, que pretende analisar o sector não lucrativo⁵, sob a responsabilidade da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica do Porto, em 2005, e o estudo do Observatório do Emprego e Formação Profissional, realizado em 2006-2007, sob a coordenação de Almeida (2008).

O Ano Europeu do Voluntariado, com o lema “Sê voluntário! Faz a diferença”, possibilitou à Comissão Europeia fazer um balanço do voluntariado na União Europeia e da sua importância para a sociedade.

A concretização do AEV-2011, em Portugal, foi coordenada pelo CNPV que, por sua vez, articulou as funções com a Comissão Nacional de Acompanhamento do AEV, promovendo o desenvolvimento de diversas iniciativas (“Volta do Voluntariado”, documentário televisivo sobre voluntariado, entre outras) e a realização de investigações (uma pretendeu realizar um diagnóstico sobre trabalho desenvolvido pelos Bancos Locais de o Voluntariado, coordenado por Serapioni, e a outra, actualizar o estudo realizado em 2002 sobre a caracterização do voluntariado em Portugal, coordenada por Amaro).

A promoção do voluntariado visa o aumento da participação das pessoas em acções de voluntariado e, consequentemente, o exercício de uma cidadania activa e solidária, bem como a promoção de aprendizagens não formais e informais.

4. Num estudo recente, Serapioni, Ferreira, Lima e Marques (s/d) referem que dados do Eubarómetro de 2011 mostram que a participação portuguesa se situa nos 12%, face a uma média europeia de 24%. Comparando este valor, com os indicadores de 2007 e 2001, observa-se que o valor da participação se mantém estagnado.

5. Também conhecido como economia social/solidária, economia alternativa, sector filantrópico, voluntário e/ou social, terceiro sector, sector das organizações da sociedade civil. Termo utilizado para designar as organizações sem fins lucrativos, criadas por iniciativas de cidadãos, caracterizadas por não visarem lucro, e quando o têm, aplicam-no no desenvolvimento de actividades, manutenção de instalações, não são dirigidas pelo Estado, embora possam estabelecer parcerias e beneficiar de seus apoios, tendo um nível muito significativo de participação voluntária.

1.3. Conceito de voluntariado

A origem da palavra voluntário vem do latim *voluntariu* (que, por sua vez, deriva da palavra *voluntas* ou *voluntatis*) que significa aquele que age livremente, de vontade própria.

A lei portuguesa define o voluntariado como “o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas” (n.º 1, art.º 2.º, lei n.º 71/98, de 3 de novembro) e o voluntário como “o indivíduo que, de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora” (n.º 1, art.º 3.º, lei n.º 71/98, de 3 de novembro).

Por seu turno, a Organização das Nações Unidas (2000) afirma que o “voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de actividades, organizadas ou não, de bem estar social ou outros campos...” (Jacob, 2006, p.4).

Autores como Landim e Scalon (2000) *apud* Santos (s/d) afirmam que “todas as definições de voluntariado têm em comum o livre desejo de participação, a decisão individual de doação de trabalho em benefício de uma causa, jamais representando a substituição de serviços profissionais remunerados” (p.12).

Muitas vezes voluntariado é considerado, inadvertidamente, como sinónimo de voluntariedade, voluntarismo, voluntarioso, filantropia e altruísmo.

Soupourmas e Ironmonger (2002) consideram que existem dois tipos de voluntariado, o formal e o informal. O voluntariado formal⁶ realiza-se no âmbito de uma instituição. O voluntariado informal é realizado fora de uma instituição, não organizado, relacionado com a ajuda a familiares, a amigos ou à vizinhança e tem um carácter isolado e esporádico.

O trabalho de investigação debruçou-se sobre o voluntariado formal, nomeadamente sobre os voluntários dirigentes e os voluntários não dirigentes, regulares e ocasionais do Banco Alimentar contra a Fome de Évora.

1.4. Gestão do ciclo de voluntariado

O ciclo de voluntariado surge enquadrado no novo paradigma do voluntariado formal, como sendo de carácter mais técnico. Neste sentido, é importante olharmos para uma sequência de fases contínuas de colaboração entre o voluntário e a organização promotora, que designamos por gestão do ciclo do voluntariado.

Não existindo uma versão, comumente, aceita, propõe-se com base nas ideias defendidas por McCurley e Lynch (s/d), Observatorio del Tercer Sector (2009), Neves (2010), entre outros, que as fases do ciclo do voluntariado sejam: o recrutamento (captação e selecção de voluntários), o acolhimento e integração (motivação), o trabalho voluntário (reconhecimento, formação) e a desvinculação.

O recrutamento consiste na elaboração do perfil do voluntário⁷ a recrutar para a acção do voluntariado (com características gerais ou específicas), o que pressupõe a utilização de meios para o recrutamento, a existência ou não de um formulário de inscrição e a selecção dos voluntários.

O acolhimento e integração pretendem o acompanhamento dos voluntários nos primeiros momentos de contacto com a instituição e a satisfação das motivações do voluntário.

6. Podemos considerar como tipos de voluntariado formal: o voluntariado empresarial/corporativo, o jovem, o online, o internacional (missionário e o de cooperação e desenvolvimento), o educativo, o pro bono, o universitário.

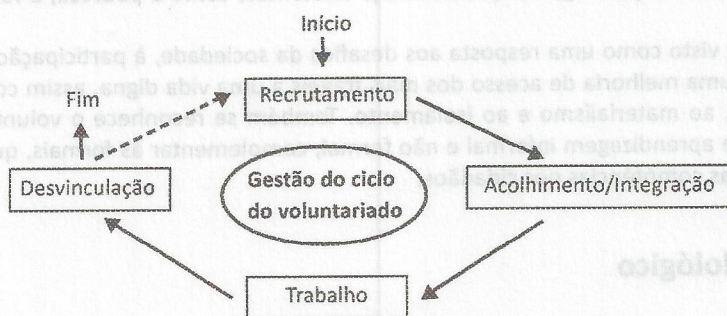
7. “Pensar no perfil do voluntário é considerar que existe um modelo ideal de voluntário, o que não se compadece com as características da pluralidade e diversidade que caracterizam actualmente o voluntariado” (Silva, 2007, p.16). No entanto, “todas as pessoas podem ser voluntárias, desde que enquadradas em função das suas aptidões próprias e uma vez tenham capacidade para assumir as suas responsabilidades. A chave está em encontrar o lugar adequado para cada pessoa” (Silva, 2007, p.16).

O trabalho voluntário assenta na formação inicial, contínua e/ou específica aos voluntários (não formal e informal); na continuidade do acompanhamento (avaliação) e do reconhecimento⁸ do voluntário, com o objectivo reforçar o seu sentimento de pertença à organização.

Por último, a desvinculação diz respeito ao fim da acção de voluntariado; o voluntário já não está disponível para continuar a acção e/ou é a instituição que já não está disponível.

Importa referir, ainda, que durante a nossa vida existem períodos, mais favoráveis que outros, para colaborarmos como voluntários, conforme Gonzalo (2002) que afirma que “o voluntariado representa uma opção de entrega, trabalho e colaboração que não se manifesta a tempo inteiro nem para toda a vida” (...), explicando que “o ciclo de vida do associado a uma entidade de voluntariado obedece à seguinte sequência cronológica: após uma grande dedicação no período da primeira e da segunda juventude, verifica-se uma forte diminuição da participação na organização nos últimos anos de cursos universitários, primeiros empregos, novas realidades familiares, deslocações por motivos profissionais, etc. com o fim da vida profissional observa-se um novo aumento da participação dos voluntários nas suas organizações” (p.34). Corroborar com esta ideia Fonseca (2001) ao verificar “que a taxa de voluntariado tem decrescido durante a passagem da adolescência para a condição de adulto jovem embora se verifique um recuperado substancial entre indivíduos de meia-idade” (p.25). Procuramos, através da Figura 1, traduzir a gestão do ciclo do voluntariado.

Figura 1 – Gestão do ciclo do Voluntariado



Fonte: Elaboração própria

1.5. O Banco Alimentar Contra a Fome

O primeiro Banco Alimentar português surgiu, oficialmente, em 1992, por iniciativa de José Vaz Pinto, existindo, actualmente, 19 Bancos Alimentares distribuídos pelo continente e regiões autónomas. Com o constante interesse em abrir novos Bancos Alimentares foi necessário agregá-los todos a uma federação e, deste modo, em 1999, é constituída a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome (FPBACF) que, por sua vez, faz parte da Federação Europeia dos Bancos Alimentares, criada em 1986.

O Banco Alimentar Contra a Fome é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não-governamental, apolítica e não confessional, cuja sua grande missão é lutar contra o desperdício através da recuperação de excedentes alimentares e levá-los, gratuitamente, a quem tem carências alimentares, mobilizando, para isso, pessoas e empresas que, a título voluntário, se associam a esta causa, na tentativa de atenuar o problema da fome em determinada região.

8. Pode-se distinguir o reconhecimento formal – é reconhecido por todos, pela sociedade, mas tem uma eficácia limitada na permanência do voluntário (Dia Internacional dos Voluntários) e o reconhecimento informal – é reconhecido no dia-a-dia pela organização promotora do voluntariado (apreço pelo trabalho, valorização da pessoa, formação,...).

Os bancos alimentares funcionam com base nas doações nas campanhas de recolha de alimentos nas superfícies comerciais, na "ajuda vale", nas doações de alimentos pela internet e iniciativas de escolas, universidades e outros eventos); nas doações individuais e de empresas em géneros alimentícios; donativos monetários; doação de parte do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares; no pagamento de quotas; na recuperação de excedentes de produção do sector agro-alimentar ou de géneros não comercializáveis; de produtos de intervenção da União Europeia, entre outros. Todo o trabalho levado a cabo pelo Banco Alimentar é realizado quase, exclusivamente, com voluntários, regulares e ocasionais. Os voluntários podem ajudar nas campanhas como no trabalho diário existente nos armazéns.

Em seguida, e de forma breve, apresenta-se o Banco Alimentar Contra a Fome de Évora (BACFE). O BACFE fica situado numa região de baixos níveis de escolaridade e de qualificação, com altas taxas de analfabetismo, elevadas carências de emprego e uma população envelhecida. Desta forma, estamos perante uma região carenciada do ponto de vista social e económico, sendo de extrema importância a existência de instituições de apoio⁹ aos mais desfavorecidos, prestando, assim, um importante auxílio a estas instituições.

O BACFE desenvolve o seu trabalho desde 1996. Seguindo as normas da federação, apoia, anualmente, mais de 60 instituições e conta com o apoio de voluntários.

Em jeito de síntese, a crise que atravessamos tem colocado novas interrogações à sociedade, ao mesmo tempo que veio contribuir para agravar problemas já existentes, como a pobreza, a fome e a exclusão social.

O voluntariado pode ser visto como uma resposta aos desafios da sociedade, à participação activa dos cidadãos em busca de uma melhoria de acesso dos mais frágeis a uma vida digna, assim como de combate ao individualismo, ao materialismo e ao isolamento. Também se reconhece o voluntariado como uma oportunidade de aprendizagem informal e não formal, complementar às formais, que promovem e desenvolvem novas competências nos cidadãos.

2. Desenho Metodológico

2.1. Questão de Partida e Objectivos

Na investigação desenvolvida procurou-se responder à seguinte questão de partida:
"Qual o conjunto de aprendizagens promovidas pela acção do voluntariado no BACFE junto dos indivíduos que aí participam e qual a representação que estes têm da importância das mesmas?"

A fim de responder à questão de partida, estabeleceram-se os seguintes objectivos:

- Conhecer a actuação do BACFE;
- Caracterizar o perfil dos voluntários do BACFE;
- Conhecer as motivações para ser voluntário no BACFE;
- Identificar e caracterizar o conjunto de aprendizagens promovidas pelo BACFE junto dos voluntários que aí participam;
- Identificar e caracterizar o conjunto de aprendizagens individuais adquiridas pelos voluntários do BACFE;
- Conhecer a percepção que os voluntários têm da importância das aprendizagens adquiridas no BACFE.

2.2. Abordagem Qualitativa (estudo de caso)

De seguida, apresentam-se os pressupostos metodológicos da investigação.

9. A Fundação Eugénio de Almeida, em 2004, realizou um estudo onde efectuou a caracterização das instituições sociais privadas sem fins lucrativos do distrito de Évora, tendo concluído que, a maioria das instituições, actua ao nível dos serviços sociais, sendo esta a área que acolhe um maior número de voluntários.

Para responder à questão de partida e aos objectivos, referidos anteriormente, considerou-se que a metodologia mais adequada seria a qualitativa.

A investigação qualitativa caracteriza-se por decorrer num ambiente natural, é descritiva, aos investigadores interessa mais o processo do que simplesmente os resultados ou produtos, os dados são analisados de forma indutiva e o significado é de importância vital (Bogdan & Biklen, 2006).

A presente investigação assenta no método de estudo de caso que, como refere Bell (2004) "... proporciona uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto de um problema em pouco tempo..." (p.23).

Recorremos ao uso de entrevistas semiestruturadas, traduzindo-se, assim, numa metodologia muito rica em informações, que permite aprofundar os temas e o entrevistador tem o controlo no decurso de todo o processo.

Coutinho (2011) refere que a utilização das entrevistas semiestruturadas ocorre quando se pretende obter dados comparáveis entre diferentes participantes, com o qual também concordam Bogdan e Biklen (2006). Contudo, a maior desvantagem da utilização de entrevistas, tal como afirmam Almeida e Pinto (1995), refere-se à informação ser "centrada na *pessoa* do entrevistado e dificilmente generalizável em termos de explicação de um *problema* global teoricamente definido" (p.109).

Para responder à questão de partida foram elaboradas, conforme o perfil do entrevistado, três tipos de entrevistas semiestruturadas que, antes da sua aplicação, foram previamente submetidas a um painel de especialistas.

No que respeita ao perfil dos voluntários entrevistados: os voluntários dirigentes são um do sexo masculino e outro do sexo feminino, na faixa etária dos 40 anos, com habilitações superiores e encontram-se, ambos, com uma ocupação profissional no sector público. Os cinco voluntários não dirigentes/execução entrevistados são mulheres, com idades compreendidas entre os 44 anos e mais de 65 anos, quatro com habilitações superiores e uma com o ensino secundário; três têm uma ocupação profissional no setor público e duas já estão reformadas.

Após a realização das entrevistas aos voluntários do BACFE, procedeu-se à sua transcrição e respectiva análise de conteúdo, tendo por referência Bardin (2009).

3. Principais conclusões

A partir da análise de conteúdo das entrevistas aplicadas a um total de sete inquiridos (dois voluntários dirigentes e cinco voluntários não dirigentes/execução), concluímos o seguinte:

3.1. O BACFE é um espaço onde ocorrem aprendizagens informais e não formais, embora não certificadas e que têm influência e importância na formação pessoal e social dos indivíduos que aí exercem voluntariado. Divulga, ainda, por correio electrónico, várias iniciativas de que tem conhecimento. Contudo, não é um espaço onde se desenvolvem aprendizagens formais e certificadas, considerando-se que não há necessidade dessa oferta, pois existe em Évora, um Banco Local de Voluntariado que, promove acções de formação certificadas, na área do voluntariado.

3.2. Os voluntários entrevistados referem que não se verificou uma grande procura de formação na área do voluntariado; dever-se-á incentivar os voluntários a frequentar as acções de formação, pois, por um lado, o voluntário ficará mais informado e desperto para determinadas situações e, por outro lado, poderá aplicar os conhecimentos adquiridos na instituição onde desenvolve a acção de voluntariado.

3.3. As aprendizagens informais e não formais, apontadas pelos voluntários entrevistados, centram-se, essencialmente, no aprender com o outro, na possibilidade de conhecer melhor a instituição e o seu trabalho, bem como permitir um melhor conhecimento pessoal. É valorizada a perspectiva de que aquelas aprendizagens contribuem para a formação integral das pessoas.

3.4. Verifica-se a transferência de aprendizagens, quer da acção do voluntariado para o dia-a-dia, quer do dia-a-dia para a acção do voluntariado.

3.5. Em relação à actuação do BACFE, o número de voluntários, de instituições candidatas a apoio alimentar e das famílias que necessitam de apoio alimentar tem vindo a aumentar; as formas de recrutamento utilizadas pelo BACFE (*online*, telefone, correio electrónico ou pessoalmente) são diferentes das formas como os voluntários chegam à instituição (colegas, amigos, ...); o balanço do trabalho realizado pelo BACFE é avaliado pelos voluntários como muito positivo, correspondendo às suas expectativas; a avaliação do relacionamento entre voluntários de direcção e voluntários não dirigentes/execução foi considerada muito positiva; os voluntários de direcção do BACFE pretendem continuar com o trabalho realizado até aqui, numa perspectiva de melhoria contínua.

3.6. Em relação ao perfil dos voluntários constatou-se que os voluntários regulares são pessoas idosas, enquanto os ocasionais, na sua grande maioria, são jovens e adultos. Nenhum dos voluntários, num passado recente, antes de terem iniciado a acção de voluntariado no BACFE, participava noutra acção. Após a participação no BACFE não passaram a participar em nenhuma acção, embora tenham manifestado vontade de o fazer, mas não no imediato. Os voluntários entrevistados encontram-se muito satisfeitos com a integração, embora tenham reconhecido a necessidade de aperfeiçoar alguns aspectos.

3.7. Quanto às motivações dos voluntários entrevistados, estas centram-se na ocupação do tempo livre, no sentir-se útil e no altruísmo, conferindo com as apontadas noutros estudos. Os voluntários revelaram, ainda, que o Ano Europeu do Voluntariado constituiu uma efeméride importante para divulgar e informar a população em geral.

Referências Bibliográficas

- Almeida, J. & Pinto, J. (1995). *A investigação nas ciências sociais* (5ª ed.). Lisboa: Editorial Presença
- Almeida, M. (coord.), Nunes, S., Pais, S. & Amaro, T. (2008). *Estudo sobre o voluntariado*. Acedido a 25 de novembro, de 2011, em http://oefp.iefp.pt/admin/upload/Publicacoes/Estudos_e_Analises/255ca876-4c12-49b9-b9b7-f7d58a5a267b.pdf
- ANOP (s/d). Manual do formando – desenvolvimento pessoal e cidadania. Acedido a 17 de março, de 2012, em <http://aldeiasvivas.wikispaces.com/file/view/Manual+de+DPC.pdf>
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70 (Obra original publicada em 1977)
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação* (3ª ed.). Lisboa: Gradiva
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2006). *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos* (M. Alvarez, S. Santos & T. Baptista, Trad.). Porto: Porto Editora (Obra original publicada em 1991)
- Canário, R. (2000). *Educação de adultos – um campo e uma problemática* (2ª ed.). Lisboa: Educa
- Comissão das Comunidades Europeias (2000). *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*. Acedido a 25 de novembro, de 2011, em http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/policy/memo_pt.pdf
- Comissão Europeia (2011). *Comunicação sobre as políticas da UE e o voluntariado: reconhecer e promover as actividades de voluntariado transfronteiras na UE*. Acedido a 29 de março, de 2012, em <http://europa.eu/volunteering/en/download/file/fid/6853>
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina
- Delicado, A. (coord.), Almeida, A. & Ferrão, J. (2002). *Caracterização do voluntariado em Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários
- Fonseca, M. (2001). *Cidadania, democracia, juventude e voluntariado numa abordagem sociológica*. Acedido a 26 de maio, de 2012, em <http://www.mlfonseca.net/wp-content/uploads/2010/07/Cidadania-Democracia-Juventude-Voluntariado-Maria-de-Lurdes-Fonseca1.pdf>
- Gonzalo, L. (2002). *Los Itinerários Educativos del Voluntariado*. Acedido a 22 de janeiro, de 2012, em http://www.voluntariadoclm.es/ficheros/archivos/material_formativo/7.pdf
- Houaiss, A., Villar, M., Franco, F., Almeida, J. & Casteleiro, J. (2003). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Tomo 1). Lisboa: Instituto António Houaiss
- Jacob, L. (2006). *Curso de gestão do voluntariado – manual de acompanhamento do curso*. Acedido a 29 de março, de 2012, em http://www.socialgest.pt/_dllds/CS1manualvoluntariado.pdf

- Lei n.º 71, de 3 de novembro de 1998 (1998). *Lei base do enquadramento jurídico do voluntariado*. Acedido a 12 de fevereiro, de 2012, em http://www.voluntariado.pt/preview_documentos.asp?r=116&m=PDF
- Matos, J. (2001). *Educar para a cidadania*. Acedido a 23 de maio, de 2012, em <http://cfppa.prof2000.pt/cidadania/corso/cidamatos.pdf>
- McCurley, S. & Lynch, R. (1998). *Essential volunteer management* (2ª ed.). London: Directory of Social Change
- Neves, M. (2010). *A gestão do voluntariado – estudo de caso realizado na Cruz Vermelha Portuguesa: Delegação do Porto*. Acedido a 26 de maio, de 2012, em <http://repositorio-aberta.up.pt/bitstream/10216/55522/2/TESEMES-MARIADELFINANEVES000125326.pdf>
- Nico, B., Nico, L. & Ferreira, F. (2011). “As novas núpcias da qualificação no Alentejo”. In J. Morgado, M. Alves, S. Pillotto & M. Cunha (Orgs.). *Aprender ao longo da vida – contributos, perspectivas e questionamentos do currículo e da avaliação (Actas do 2º Congresso Internacional sobre Avaliação em Educação)*. Acedido a 22 de janeiro, em 2012, de <http://documentos.drealentejo.pt/2CIAE.pdf>
- Observatorio del Tercer Sector (2009). *Manual de gestión del voluntariado*. Acedido a 9 de dezembro, de 2011, em http://www.publicacionestecnicas.com/lacaixa/voluntariat/manual_gestion_voluntariado/
- Santos, M. (s/d). *ABC do Voluntariado Empresarial*. Acedido a 17 de Março, de 2012, em <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/RSEeABCVoluntariadoEmpresarialSOCIUS.pdf>
- Serapioni, M. (coord.), Ferreira, S., Lima, T. & Marques, R. (s/d). *Estudo sobre o voluntariado: contextos e conclusões*. Acedido a 23 de Novembro, de 2012, em [https://www.ipp.pt/filesserver/fckeditor/Estudo%20sobre%20voluntariado%20-%20resumo\[1\]\(1\).pdf](https://www.ipp.pt/filesserver/fckeditor/Estudo%20sobre%20voluntariado%20-%20resumo1.pdf)
- Silva, M. (s/d). *Oportunidade do desenvolvimento comunitário em Portugal*. Acedido a 26 de maio, de 2012, em <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1403/1/MS-AS-1964.pdf>
- Silva, T. (2007). Enquadramento do voluntariado. In M. Ramos (coord.). *O Voluntariado – Manual de Apoio ao Formando*. Évora: Observatório Social do Alentejo
- Soupourmas, F. & Ironmonger, D. (2002). *Giving Time: The Economic and Social Value of Volunteering in Victoria*. Acedido a 21 de junho, de 2012, em <http://www.economics.unimelb.edu.au/Household/Papers/2002/givingtime.pdf>

